

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 24/XIV/ 1.ª SL

Aos 4 dias do mês de março de 2020, pelas 10 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

Ponto prévio: colocação da fotografia do anterior Presidente da Comissão, Deputado Bacelar de Vasconcelos, com a presença do próprio.

1. **A) Distribuição de iniciativas legislativas: nomeação de relator e deliberação sobre consultas a promover;**
B) Anúncio dos votos que baixaram à 1.ª Comissão;
2. **Discussão e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:**
 - A)**
 - **Projeto de Lei n.º 112/XIV/1.ª (PSD) - 50.ª alteração ao Código Penal, criminalizando a conduta de quem mate, sem motivo legítimo, animal de companhia;**
 - **Projeto de Lei n.º 211/XIV/1.ª (BE) - Revê o regime sancionatório aplicável a crimes contra animais;**
Relatora: Deputada Inês Sousa Real (PAN)
 - **Projeto de Lei n.º 183/XIV/1.ª (PAN) - Reforça o regime sancionatório aplicável aos animais de companhia e alarga a proteção aos animais sencientes vertebrados (altera o Código Penal);**
 - **Projeto de Lei n.º 202/XIV/1.ª (PS) - Proceda à 50.ª alteração ao Código Penal, revendo o regime sancionatório aplicável aos animais de companhia;**
Relatora: Deputada Catarina Rocha Ferreira (PSD)
 - B)**
 - **Projeto de Lei n.º 30/XIV/1.ª (CDS-PP) - Regulamenta a atividade de representação profissional de interesses ("LOBBYING");**
 - **Projeto de Lei n.º 73/XIV/1.ª (PSD) - Regulamentação do lobbying;**
 - **Projeto de Lei n.º 181/XIV/1.ª (PAN) - Regulamenta a atividade de lobbying e procede à criação de um Registo de Transparência e de um Mecanismo de Pegada Legislativa (procede à primeira alteração à Lei Orgânica n.º 4/2019, de 13 de setembro, e à décima quarta alteração à Lei n.º 7/93, de 1 de março);**
Relator: Deputado Pedro Delgado Alves (PS)
 - C)**
 - **Projeto de Lei n.º 170/XIV/1.ª (PCP) - Determina o alargamento da rede nacional e altera o regime de competência, organização e funcionamento dos julgados de paz (2.ª alteração à Lei n.º 78/2001, de 13 de julho na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 54/2013, de 31 de julho);**
Relatora: Deputada Isabel Rodrigues (PS)
 - **Projeto de Lei n.º 194/XIV/1.ª (PS) - Altera o Estatuto da Ordem dos Advogados, revendo o estatuto remuneratório do Revisor Oficial de Contas que integra o respetivo Conselho Fiscal;**
Relatora: Deputada Mónica Quintela (PSD)
3. **Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 2/XIV/1.ª (GOV) - Proceda à transposição da Diretiva Delegada (UE) 2019/369 da Comissão, de 13**

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 24/XIV/ 1.ª SL

de dezembro de 2018, a fim de incluir novas substâncias psicoativas na definição de droga, introduzindo a vigésima quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas;

4. Aprovação do Projeto de Voto de Saudação - Dia Internacional da Mulher, apresentado pelas Deputadas da Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação, a apresentar à Mesa da AR para discussão e votação, como sendo da iniciativa da 1.ª Comissão, nos termos do n.º 9 do artigo 75.º do RAR;
5. Apreciação e votação do relatório sobre a iniciativa europeia COM(2020)23 - Proposta alterada de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece disposições comuns sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu Mais, o Fundo de Coesão e o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, e regras financeiras parastes Fundos e o Fundo para o Asilo e a Migração, o Fundo para a Segurança Interna e o Instrumento de Gestão das Fronteiras e dos Vistos;
Relatora: Deputada Isabel Rodrigues (PS);
6. Apreciação e votação do Relatório sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2020 - Uma União Mais Ambiciosa [COM(2020)37];
Relatora: Deputada Catarina Rocha Ferreira (PSD)
7. Distribuição e admissão da Petição n.º 33/XIV/1.ª - Contra conferências neonazis em Portugal e pela ilegalização efetiva de grupos de cariz fascista/racista/neonazis;
8. Apreciação e votação das atas n.ºs 19 a 22 (correspondentes às reuniões de 12 a 26 de fevereiro de 2020);
9. Outros assuntos.

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente da Comissão, Deputado Luís Marques Guedes, procedeu-se à distribuição das seguintes iniciativas legislativas:

PROJETOS DE LEI

N.º AUTOR	TÍTULO	DISTRIBUIÇÃO COMISSÃO NOMEAÇÃO RELATOR 04-03-2020
PJL 219/XIV/1.ª (PAN)	<u>Determina a proibição das corridas de cães mais conhecidas por corridas de galgos</u> Obs: Conexão à 1.ª Comissão Comissão de Agricultura e Mar - Comissão competente	Deliberado não emitir parecer

PROJETOS DE RESOLUÇÃO

N.º AUTOR	ASSUNTO	DECISÃO SOBRE APRECIÇÃO EM COMISSÃO OU EM PLENÁRIO
265/XIV/1.ª (BE)	<u>Recomenda a criação de suplementos remuneratórios para a carreira de guarda florestal</u>	Foi requerida pelo proponente a discussão em Plenário

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 24/XIV/ 1.ª SL

No que respeita à alínea B) do primeiro ponto da ordem do dia, relativa aos votos que baixaram à 1.ª Comissão, o Senhor Presidente recordou que, no âmbito do processo de revisão do RAR, esta matéria tinha sido recentemente alterada, não existindo, ainda, uma metodologia definida para o tratamento dos votos em sede de Comissão. Sendo desejável que, entre Comissões, o tratamento fosse o mais uniforme possível, e, não ficando prejudicada a oportunidade política dos votos que baixaram à 1.ª Comissão, sugeriu que se aguardasse pela reunião da Conferência de Presidentes das Comissões Parlamentares, na qual esta questão seria abordada e de onde poderia resultar uma solução consensual quanto à metodologia a adotar. Neste contexto, o Senhor Presidente, explicou que apenas manteve a discussão e apreciação do voto alusivo ao Dia Internacional da Mulher, precisamente, pelo aspeto da oportunidade política, atendendo à necessidade de a Assembleia da República se pronunciar antes do dia 8 de março. A sugestão do Senhor Presidente foi acolhida pelas Senhoras e Senhores Deputados presentes.

No ponto seguinte, a pedido da Senhora Deputada Mónica Quintela (PSD), foi antecipada a apreciação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 194/XIV/1.ª (PS) - Altera o Estatuto da Ordem dos Advogados, revendo o estatuto remuneratório do Revisor Oficial de Contas que integra o respetivo Conselho Fiscal. Após apresentação do parecer pela Senhora Deputada Relatora, interveio a Senhora Deputada Joana Sá Pereira (PS) e, no final, submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade, na ausência do CDS-PP, do DURP do CH e da Deputada Não Inscrita.

O Senhor Presidente deu nota do pedido de adiamento, apresentado pelo Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS), relativamente à discussão e votação do parecer conjunto sobre os Projetos de Lei n.ºs 30/XIV/1.ª (CDS-PP) - Regulamenta a atividade de representação profissional de interesses ("LOBBYING"), 73/XIV/1.ª (PSD) - Regulamentação do lobbying e 181/XIV/1.ª (PAN) - Regulamenta a atividade de lobbying e procede à criação de um Registo de Transparência e de um Mecanismo de Pegada Legislativa (procede à primeira alteração à Lei Orgânica n.º 4/2019, de 13 de setembro, e à décima quarta alteração à Lei n.º 7/93, de 1 de março), tendo sido

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 24/XIV/ 1.ª SL

retomada a ordem do dia, com a apreciação dos pareceres relativos às seguintes iniciativas:

- Projeto de Lei n.º 112/XIV/1.ª (PSD) - 50.ª alteração ao Código Penal, criminalizando a conduta de quem mate, sem motivo legítimo, animal de companhia e Projeto de Lei n.º 211/XIV/1.ª (BE) - Revê o regime sancionatório aplicável a crimes contra animais, parecer conjunto apresentado pela respetiva relatora, Senhora Deputada Inês de Sousa Real (PAN). Após breve intervenção da Senhora Deputada Catarina Rocha Ferreira (PSD), o parecer foi submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade, na ausência do CDS-PP, do DURP do CH e da Deputada Não Inscrita.

- Projeto de Lei n.º 183/XIV/1.ª (PAN) - Reforça o regime sancionatório aplicável aos crimes contra animais de companhia e alarga a protecção aos animais sencientes vertebrados, alterando o Código Penal e o Código de Processo Penal e Projeto de Lei n.º 202/XIV/1.ª (PS) - Procede à 50.ª alteração ao Código Penal, revendo o regime sancionatório aplicável aos animais de companhia, parecer conjunto apresentado pela relatora, Senhora Deputada Catarina Rocha Ferreira (PSD). Aberta a discussão, a Senhora Deputada Cláudia Santos (PS) interveio, destacando a substituição do texto da iniciativa, que visou melhorar a proposta do PS quanto ao conceito de animal que pretende introduzir, remetendo para os animais sujeitos a registo obrigatório. A Senhora Deputada Isabel Moreira (PS) usou da palavra para deixar uma nota de reflexão quanto ao passo a dar com a eventual aprovação destas iniciativas, frisando que lhe suscitava dúvidas, no que respeita aos maus-tratos a animais, a identificação de um bem jurídico suscetível de protecção constitucional. Manifestou, também, a sua estranheza quanto à medida da pena de prisão proposta no caso da morte de um animal, sem motivo legítimo, quando comparada com a pena atualmente prevista para o homicídio por negligência. A Senhora Deputada Inês de Sousa Real (PAN) começou a sua intervenção por salientar que, quer na jurisprudência, quer na doutrina, no que concerne à matéria dos direitos dos animais, já é possível encontrar posições que defendem a existência de um bem jurídico suscetível de protecção constitucional. Expressou, igualmente, a sua concordância com a posição da Senhora Deputada

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 24/XIV/ 1.ª SL

Isabel Moreira (PS) quanto à desproporcionalidade entre as molduras penais previstas neste âmbito e outras aplicáveis a crimes contra pessoas, frisando a necessidade de reflexão a esse propósito. A discussão prosseguiu com a intervenção do Senhor Deputado Telmo Correia (ÇDS-PP), que manifestou a sua preocupação com a desproporcionalidade entre as molduras penais, tal como foi assinalada pelas posições anteriores, referindo que entendia que houvesse evolução no que toca aos direitos dos animais, mas que tal merecia sempre uma ponderação e comparação com as penas previstas para os crimes cometidos contra pessoas. Após duas breves intervenções da Senhoras Deputadas Catarina Rocha Ferreira (PSD) e Inês de Sousa Real (PAN), ambas concordando com a necessidade de estabelecimento de um limite temporal para que os proponentes pudessem apresentar substituições ao texto inicial de uma iniciativa, o parecer foi submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade, na ausência do DURP do CH.

- Projeto de Lei n.º 170/XIV/ 1.ª (PCP) - Determina o alargamento da rede nacional e altera o regime de competência, organização e funcionamento dos julgados de paz (2.ª alteração à Lei n.º 78/2001, de 13 de julho na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 54/2013, de 31 de julho), cujo parecer foi apresentado pela relatora, Senhora Deputada Isabel Rodrigues (PS). Após a discussão, em que intervieram a Senhora Deputada Mónica Quintela (PSD) e o Senhor Deputado António Filipe (PCP), o parecer foi submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do DURP do CH.

Os trabalhos prosseguiram com o terceiro ponto da ordem do dia, que consistia na discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 2/XIV/1.ª (GOV) - Procede à transposição da Diretiva Delegada (UE) 2019/369 da Comissão, de 13 de dezembro de 2018, a fim de incluir novas substâncias psicoativas na definição de droga, introduzindo a vigésima quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, tendo usado da palavra a Senhora Deputada Isabel Moreira (PS), na qualidade de relatora do parecer apresentado em reunião anterior,

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 24/XIV/ 1.ª SL

aquando da discussão na generalidade desta iniciativa, salientou que se tratava de um texto bastante técnico e que se limitava à transposição da diretiva, com ligeiros aperfeiçoamentos.

A Proposta de Lei, da iniciativa do Governo, baixara à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias em 14 de fevereiro de 2020, após aprovação na generalidade.

Não foram apresentadas quaisquer propostas de alteração.

Na presente reunião, encontrando-se presentes todos os Grupos Parlamentares e demais forças políticas que integram a Comissão, à exceção do DURP do CH, procedeu-se à discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei.

Da votação resultou o seguinte:

Articulado da Proposta de Lei – aprovado por unanimidade.

De seguida, passou-se ao ponto quarto da ordem do dia relativo à aprovação do Voto de Saudação – Dia Internacional da Mulher. A Senhora Deputada Lina Lopes (PSD) usou da palavra para apresentar o projeto de voto, na qualidade de Presidente da Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação. Na discussão, intervieram as Senhoras Deputadas Elza Pais (PS), Mónica Quintela (PSD), Sandra Cunha (BE), Joacine Katar Moreira (Ninsc) e Isabel Moreira (PS). Foram apresentadas duas propostas de alteração aos considerandos do projeto de voto:

- Retirar a palavra *patriarcal* da expressão “*ordem patriarcal dominante*”, que foi rejeitada com os votos contra do PS, do BE, do PCP e da Deputada Ninsc e votos a favor do PSD, registando-se a ausência do CDS-PP, do PAN e do DURP do CH;
- Inserir o inciso “*raciais e de classe*”, na frase “*persistem desigualdades estruturais e discriminações diversas, baseadas em estereótipos de género*”,

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 24/XIV/ 1.º SL

logo a seguir à palavra género. Esta proposta foi aprovada por unanimidade, na ausência do CDS-PP, do PAN e do DURP do CH.

No final, procedeu-se à votação do restante texto do voto, com as alterações entretanto aprovadas, que foi aprovado por unanimidade, na ausência do CDS-PP, do PAN e do DURP do CH

No quinto ponto da ordem do dia, a Senhora Deputada Isabel Rodrigues (PS), na qualidade de relatora, apresentou o relatório sobre a iniciativa europeia COM(2020)23 – Proposta alterada de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece disposições comuns sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu Mais, o Fundo de Coesão e o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, e regras financeiras para estes Fundos e o Fundo para o Asilo e a Migração, o Fundo para a Segurança Interna e o Instrumento de Gestão das Fronteiras e dos Vistos que, tendo sido submetido a votação, foi aprovado por unanimidade, na ausência do PCP, do CDS-PP, do PAN e do DURP do CH.

Seguiu-se o ponto sexto, com a apresentação, pela Senhora Deputada Catarina Rocha Ferreira (PSD), do relatório sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2020 – Uma União Mais Ambiciosa [COM(2020)37]. Submetido a votação, com as alterações sugeridas oralmente pelo Senhor Presidente e pelo Senhor Deputado José Magalhães (PS), o relatório foi aprovado por unanimidade, na ausência do PCP, do CDS-PP, do PAN do DURP do CH.

No ponto seguinte, foi admitida por unanimidade, na ausência do PCP, do CDS-PP, do PAN e do DURP do CH, a Petição n.º 33/XIV/1.ª - Contra conferências neonazis em Portugal e pela ilegalização efetiva de grupos de cariz fascista/racista/neonazis, sendo nomeada relatora a Senhora Deputada Isabel Alves Moreira (PS).

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 24/XIV/ 1.ª SL

No ponto oitavo, foram apreciadas e aprovadas por unanimidade, na ausência do PCP, do CDS-PP, do PAN e do DURP do CH, as atas n.ºs 19 a 22 (correspondentes às reuniões de 12 a 26 de Fevereiro de 2020), com as alterações propostas pela Senhora Deputada Cláudia Santos (PS).

Nos outros assuntos, o Senhor Presidente colocou à consideração da Comissão a criação de um Grupo de Trabalho para apreciação, na especialidade, das várias iniciativas relativas à morte medicamente assistida, solução que mereceu o acordo de todos os presentes, tendo sido referido que, seguindo um critério de rotatividade e caso ninguém se opusesse, a coordenação desse Grupo de Trabalho caberia ao PSD.

Ainda no ponto reservado a outros assuntos, o Senhor Presidente lembrou que, quanto à matéria da residência alternada, existiam várias iniciativas que se encontravam em nova apreciação, tendo ficado patente a ideia de que, através de contactos entre as diferentes forças políticas, talvez fosse possível alcançar um texto comum. Sem prejuízo disso acontecer, uma vez que se encontram pendentes alguns pedidos de audiência neste âmbito, ficou definida a constituição de um Grupo de Trabalho para dar seguimento a estas solicitações.

Por último, o Senhor Presidente deu nota das audições agendadas e informou sobre a metodologia a adotar quanto às grelhas de tempo de intervenção.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 4 de março de 2020



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 24/XIV/ 1.ª SL

pel'

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

(Luís Marques Guedes)



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 24/XIV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

André Coelho Lima
André Neves
António Filipe
Artur Soveral Andrade
Catarina Rocha Ferreira
Cláudia Santos
Elza Pais
Francisco Pereira Oliveira
Inês de Sousa Real
Isabel Alves Moreira
Isabel Rodrigues
Jocine Katar Moreira
Joana Sá Pereira
José Magalhães
José Manuel Pureza
Luís Marques Guedes
Mónica Quintela
Pedro Delgado Alves
Rita Borges Madeira
Romualda Fernandes
Sandra Cunha
Sara Madruga da Costa
Telmo Correia
Beatriz Gomes Dias
Carlos Peixoto
Duarte Marques
Emília Cerqueira
Lina Lopes

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

André Ventura
Pedro Rodrigues